



SABERES, VIVÊNCIAS E SENTIMENTOS DE PROFESSORAS/ES SOBRE GÊNERO E DIVERSIDADE SEXUAL NA EDUCAÇÃO INFANTIL

Carolina Faria Alvarenga¹

A educação para a sexualidade é um tema, o mesmo tempo, encantador e polêmico. Ele traz à tona sentimentos, vivências e saberes muito pessoais do educador e revela aspectos morais da educação de cada um. [...] Os valores da formação pessoal são muito fortes e, por isso, sofremos conflitos interiores que permeiam nossa prática docente (Trecho do relato de uma cursista)

A temática das relações de gênero e sexualidades desperta muito interesse nas educadoras e educadores, porém, ao mesmo tempo, gera inseguranças, medos, traz à tona tabus e preconceitos. A formação pessoal, como nos diz a professora, permeia a prática docente e, muitas vezes, traz muitos obstáculos a serem ultrapassados quando se pretende trabalhar em uma perspectiva da educação para a sexualidade, que rompa com o discurso da naturalização, por meio de explicações biológicas, essencialistas e dicotômicas.

Neste sentido, a formação docente é fundamental para que outras práticas sejam possíveis de ser realizadas nas escolas, em especial, nas de educação infantil. Assim, um dos desafios que se apresenta é tentar desconstruir formas de ensinar/aprender e construir possibilidades metodológicas na e para a temática da educação para a sexualidade na infância.

A partir deste pressuposto, discuto, neste trabalho, sobre políticas de formação docente nas temáticas de gênero e sexualidade, em especial, no projeto de extensão “Tecendo gênero e diversidade nos currículos da Educação Infantil”, destinado a professoras e professores deste nível de ensino, desenvolvido pelo Departamento de Educação da Universidade Federal de Lavras², em parceria com quatro universidades públicas (UNICAMP, USP, UFJF e UFMS). Busco também compreender com quais questionamentos e inquietações as e os docentes da cidade de Lavras e região iniciaram o curso. Quais saberes sobre a temática da educação para a sexualidade elas e eles já trazem? Há uma preocupação, em seus relatos, sobre o que e como fazer em situações em que há manifestações da sexualidade? Antes de contextualizar o projeto e as principais ações que o

¹ Pedagoga pela Faculdade de Educação da Universidade Federal de Minas Gerais (FaE/UFMG) e Mestre em Educação pela Faculdade de Educação da Universidade de São Paulo (FE-USP). Professora efetiva do Departamento de Ciências Humanas da Universidade Federal de Lavras (DCH/UFLA). Email: carol_alvarenga@dch.ufla.br.

² A Coordenação Geral do projeto é de responsabilidade das professoras Cláudia Maria Ribeiro e Ila Maria Silva de Souza, ambas do Departamento de Educação da UFLA. Participo do projeto como coordenadora adjunta, assim como os/as demais professores/as das outras universidades.



embasam, faço uma análise sucinta de algumas políticas públicas que têm como objetivo a inserção das questões de gênero e diversidade sexual na educação.

Tecendo gênero e diversidade sexual nas políticas públicas de educação

Cláudia Vianna e Sandra Unbehaum (2006) analisam a inclusão da perspectiva de gênero na educação infantil e no ensino fundamental, no período de 1988 a 2002, com ênfase no Referencial Curricular Nacional para a Educação Infantil (RCNEI) e nos Parâmetros Curriculares Nacionais para o Ensino Fundamental (PCN).

Em relação ao RCNEI, as autoras afirmam que o documento indica um avanço importante para as políticas para a educação infantil, pois atenta-se para “o caráter social do gênero e da sexualidade, problematiza o determinismo biológico, estimulando o[a] educador[a] a perceber que as percepções de ser menino ou menina são construídas nas interações sociais estabelecidas desde os primeiros anos de vida (VIANNA E UNBEHAUM, 2006, p. 414). Porém, a crítica é em relação à ênfase dada à escolarização das crianças nesta etapa da educação, em detrimento da articulação entre o educar e o cuidar. Neste caso, do ponto de vista da igualdade de gênero, negar o cuidado das crianças é negar às mulheres a possibilidade do trabalho assalariado e fora do ambiente doméstico.

Sobre os PCN, em especial o volume dos Temas Transversais, as autoras afirmam que “para o ensino fundamental representam o mais importante avanço em relação à adoção de uma perspectiva de gênero nas políticas educacionais” (VIANNA E UNBEHAUM, 2006, p. 416). Porém, apesar da tentativa de inserir estas questões em todas as áreas disciplinares, houve uma dificuldade devido às especificidades curriculares, o que acabou por concentrar a discussão no tópico de Orientação Sexual.

Segundo as autoras, “as questões relativas ao gênero deveriam perpassar não só a discussão sobre sexualidade, corpo e prevenção [que é o foco do tópico de Orientação Sexual], mas os demais temas transversais” (p. 419). Além disso, há o uso predominante do masculino genérico “como um limite à expansão de uma perspectiva de igualdade de gênero na educação brasileira” (p. 419). Neste sentido, aproveito para trazer um relato de uma das professoras do curso que percebe o que as autoras afirmam sobre as questões conceituais presentes nos documentos:

os Parâmetros Curriculares Nacionais trazem esta temática como tema transversal, mas devido ao despreparo, os educadores, na maioria das vezes, fazem de conta que o mesmo não é necessário e inexistente. Ou, se o tema surge, é tratado como conhecimento do corpo nas ciências, ou seja, não se discute a sexualidade, mas somente o biológico. **E o resultado da não inclusão desta temática com a responsabilidade, o diálogo, a reflexão e busca constante de formação deixa nas escolas e na educação um não discutir, um deixar pra lá os questionamentos que surgem no cotidiano da educação,** tais como: ser homem, ser mulher, homossexualismo (sic), etc. [grifos meus].



Importante ressaltar que o que a professora mencionou sobre o “*não discutir*” ou o “*deixar pra lá*” reforça a ideia de que não basta a inserção da temática nos documentos oficiais. É preciso que a abordagem ultrapasse as concepções biológicas e, sobretudo, que venha acompanhada de um sistemático trabalho de formação continuada nas escolas. Vianna e Unbehaum (2006, p. 421) acrescentam que a legitimidade do documento é também prejudicada pelo “distanciamento entre a orientação proposta e o contexto escolar existente”, especialmente porque a temática não consta nos currículos dos cursos de formação inicial para a docência, em especial, nos cursos de Pedagogia.

Porém, apesar de alguns problemas conceituais apontados pelas autoras, a partir de 2003, houve um avanço muito grande em relação às políticas para a igualdade de gênero e diversidade sexual do Governo Federal. Em 2003, foi criada a Secretaria Especial de Política para as Mulheres (SPM) e, em 2004, a Secretaria de Educação Continuada, Alfabetização e Diversidade (SECAD) no âmbito do Ministério da Educação. Neste mesmo ano, foram lançados o Programa Brasil sem Homofobia, a partir de grande pressão dos movimentos sociais, e o Plano Nacional de Políticas para as Mulheres, após a I Conferência Nacional de Políticas para as mulheres.

Em 2006, foi criado, pela SPM, o Programa Gênero e Diversidade na Escola, um projeto piloto, na modalidade a distância, destinado a professoras e professores de escolas públicas de seis municípios brasileiros e que se propõe a orientá-los em como lidar com a diversidade nas salas de aula, combater atitudes e comportamentos preconceituosos com relação ao gênero, à etnia e às diversas orientações sexuais (VIANNA E UNBEHAUM, 2006).

Recentemente, o MEC³ instituiu a Rede de Educação para a Diversidade, com ações a serem implementadas por instituições públicas de educação superior. A partir do Edital nº6/2009, as instituições propuseram a oferta de cursos de extensão, aperfeiçoamento ou especialização, na modalidade a distância, na temática da educação para a diversidade.

Neste contexto, a UFLA aprovou três cursos de Pós-Graduação *Lato sensu*: Gênero e diversidade na escola, Educação Ambiental e Produção de Material didático para a diversidade⁴. A opção pela oferta de especialização foi em decorrência da ampla demanda para a continuidade da formação, uma vez que o Departamento de Educação da UFLA vem atuando, desde 1995, na formação de educadoras/es das escolas de educação básica de Lavras e região, especialmente, na extensão universitária. Especialmente, no ano de 2008, aprovou o projeto “Educação Inclusiva: tecendo gênero e diversidade sexual nas redes de proteção”.

³ Por meio da SECAD, em parceria com a Secretaria de Educação a Distância (SEED) e a Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal do Ensino Superior (CAPES).

⁴ Os cursos estão ainda em fase de implementação, dependendo da liberação dos recursos pelo MEC para iniciarem.



Em 2009, o MEC lança o Projeto Educação para Promoção do Reconhecimento da Diversidade Sexual e Enfrentamento ao sexismo e à homofobia, por meio da Resolução/CD/FNDE nº. 16/2009, a partir da perspectiva teórica de que há “fortes relações existentes entre questões relativas à diversidade sexual e de gênero [que] requerem e justificam políticas públicas voltadas a produzirem ou a estimularem reflexões e práticas pedagógicas” (MEC, 2009, p. 4).

Neste contexto, foi aprovado o projeto “Tecendo gênero e diversidade nos currículos da Educação Infantil”, proposta considerada bastante inovadora, uma vez que, apesar do aumento significativo de ações governamentais e não governamentais em relação à temática, não há nenhum projeto voltado especificamente para a educação infantil. Recorro novamente a um relato de uma das professoras do curso para reforçar a ideia de que trabalhar com gênero e diversidade sexual nesta etapa da educação básica é um desafio muito grande:

Atualmente, esse tema tem sido bastante discutido nas escolas, porém, existe um grande desafio pela frente. Para que esse assunto seja abordado da maneira correta (sic), é necessário que haja **constantemente um trabalho de capacitação com os profissionais da educação**. As escolas têm mesmo que investir em cursos de capacitação, porque este tema é muito difícil de ser trabalhado com crianças menores. Muitas vezes, o professor/a finge não ter ouvido algo sobre a sexualidade, devido ao medo e à falta de preparo para se abordar um tema tão complexo [grifos meus].

Neste sentido, a elaboração do projeto, reforçada pela experiência acumulada nas atividades de ensino, pesquisa e extensão universitária, das/dos docentes envolvidas/os, revela que não é suficiente indicar, a partir de propostas curriculares nacionais, a inclusão do tema sexualidade e gênero no cotidiano das escolas, mas torna-se premente atuar na construção de redes que possibilitem a concretização de políticas públicas que foquem a temática, o que é percebido também pela professora em sua fala.

O projeto visa qualificar técnica e politicamente 500 professoras/es que atuam na educação infantil com vistas a implementar a Educação para a Sexualidade e Gênero para crianças de 0 até 6 anos, intencional e sistematicamente, nas Instituições de Educação Infantil. Para tanto, apresento, de forma, resumida, as principais linhas de ação propostas para que a tessitura das relações de gênero e sexualidades seja continuamente construída: encontros da equipe de coordenação; formação de discentes das universidades para participação nas atividades; produção de material didático sob a forma de um livro, contendo encartes com sugestões de atividades para subsidiar teórico-metodologicamente as propostas curriculares da Educação Infantil; organização de um Seminário temático, apresentando as experiências e os resultados do projeto.

Como o projeto é realizado em parceria entre cinco universidades, decidiu-se que cada instituição ficaria responsável pela formação de 100 profissionais. Porém, é importante ressaltar que



todas as ações são (re)pensadas em conjunto, inclusive os conteúdos que são sendo discutidos⁵. Contudo, para este artigo, faço um recorte e analiso apenas o curso que está sendo realizado pela UFLA e as falas das/os cursistas que o compõem. No primeiro encontro, antes que apresentássemos como seria o curso, qual seria a programação e quais eram os nossos objetivos, foi solicitado às professoras/es presentes que: a) preenchessem um questionário sobre seus dados pessoais, de formação acadêmica e sobre a participação em disciplinas ou cursos sobre a temática ou que, mesmo não sendo sobre a temática, a tenham abordado, durante a formação inicial e/ou continuada; b) e escrevessem um texto sobre seus “saberes, vivências e sentimentos na temática da Educação para a sexualidade”⁶.

Do total de 80 cursistas⁷, temos 79 professoras e 1 professor. Esta situação é típica na Educação Infantil, como já foi demonstrado por várias pesquisas. Um lugar feminino, não só pela predominância de mulheres, mas também pelas características que envolvem a profissão, como o cuidado, a paciência, a afeto, tidas como pertencentes a uma suposta natureza feminina (ALVARENGA, 2008).

Questionadas/o sobre seu pertencimento étnico-racial, 52% se auto-declararam brancas, 24% pardas, 15% negras, 4% morenas e 5% não responderam. A grande maioria se auto-declarou católica (73%), seguida de 11% de evangélicas. As outras religiões, com pouca representatividade, foram espírita, testemunha de Jeová, adventista e protestante. Com relação à idade, a faixa etária entre 31 a 40 anos corresponde a 41% das docentes. Em seguida, temos 25% entre 41 e 50 anos, 20% entre 20 e 30 anos, 9% com mais de 51 anos. Do total, 5% não declararam a idade.

Podemos dizer que a religião e a geração são dificultadores para que a temática de gênero e sexualidade seja trabalhada nas escolas? Uma das professoras, em seu relato, diz que

refletindo sobre os “saberes” sobre os temas em questão, analisando minha formação educacional, familiar e religiosa, percebo que este assunto sempre foi tratado de forma muito criteriosa. Imagino que a mesma coisa deva acontecer com muitas/os educadoras/es. Muitas vezes, os profissionais da educação caem no comodismo, não vão em busca de novas formações se espelhando na própria formação para estar trabalhando com as crianças.

Outros relatos reforçam que “*na nossa infância, este assunto [da sexualidade] era ‘feio’ e proibido*” ou ainda, “*sou do tempo em que a cegonha visitava os lares, trazendo com alegria um*

⁵ Concepção de infância; sexualidades; diversidade sexual; relações de gênero; a fala da criança sobre sexualidade e gênero; homofobia; sexismo; violências sexuais; o lúdico na educação infantil; currículo, metodologias, dentre outros.

⁶ Agradeço às/os bolsistas do projeto por terem digitalizado os questionários e as redações. Em especial, sou grata às bolsistas Izabela, Priscila e Samanta por tabularem os questionários, e à minha bolsista de extensão Karina, por ter nos ensinado a trabalhar com o programa de dados estatísticos.

⁷ Atualmente, temos 95 cursistas, porém, no primeiro dia do curso, quando foram aplicados os questionários e feitas as redações, tínhamos 80 docentes presentes.



novo ser. Do tempo em que sexo, sexualidade e assuntos relacionados eram proibidos, nos obrigando a carregar pontos e mais pontos de interrogação por vários anos". Muitas cursistas trouxeram relatos parecidos e, com eles, muitas indagações.

Por outro lado, se pensarmos que a maioria das professoras é de *“uma geração de profundas transformações, na política (fim da ditadura), na liberação sexual, no movimento feminista, na disseminação de novas religiões, entre tantas outras”*, como nos relata uma delas, podemos dizer que essas transformações possibilitaram que elas conhecessem novas idéias, construíssem novos valores?

No que se refere ao estado civil, a maioria é casada (60%), seguida de 27% de solteiras (o professor se inclui nesta categoria), 5% de divorciadas, 2% de viúvas, 3% de separadas e 3% não responderam a questão. Do total, 76% têm filhos, 20% não têm e 4% das professoras não mencionaram, o que pode ser inferido que não possuem. Interessante observar que, em alguns relatos, as professoras mostram como consideram importante a discussão sobre a temática do curso em seu cotidiano familiar:

na minha adolescência, não se falava em sexo ou nada relacionado a este assunto, pois diziam que tudo era pecado. Mas, com minhas filhas, procurei trabalhar diferente, mostrando a elas toda a nossa realidade, para que pudessem enfrentar a vida com coragem e sem nenhum medo ou tabu.

Outro depoimento remete à importância do curso, novamente articulada à formação como mãe: *“é difícil, pois não temos capacitação para esse tipo de orientação; mesmo em nossa casa, não sabemos como orientar nossos filhos”*. No mesmo sentido, outra professora afirma que, *“para os pais é muito difícil este tipo de assunto com os filhos. [...] Pai sempre acha que o menino pode tudo, só não pode chorar porque senão é mariquinha. Tenho certeza que este curso será muito válido para mim como mãe e principalmente como educadora”*.

Formação docente continuada: imprescindível para a construção de novos saberes, vivências e sentimentos?

Toda a discussão realizada até o momento reforça a necessidade da formação docente, seja na graduação, seja em cursos de formação continuada. Retomando os argumentos de Vianna e Unbehaum (2006), a inserção da temática nos documentos oficiais não garante mudanças efetivas na prática docente, uma vez que são apenas orientações norteadas do trabalho e não têm o caráter de obrigatoriedade.



Em 2008, por meio de consultas nos sites das universidades brasileiras, em relação ao curso de Pedagogia, uma pesquisa realizada pela ECOS – Comunicação em sexualidade⁸ constatou que a maioria das universidades que oferece alguma disciplina relacionada à temática da sexualidade é de caráter optativo. Além disso, como os cursos oferecem conteúdos mínimos relacionados à sexualidade, os/as professores/as que atuam nas escolas de educação infantil e ensino fundamental, se quiserem trabalhar com a temática, deverão buscar extra-curricularmente uma complementação à sua formação (ECOS, 2008).

Ao analisar os questionários das e do cursistas de nosso projeto, podemos constatar que 48% nunca haviam cursado alguma disciplina sobre a temática, sendo que 16% deixaram em branco, o que pode significar também que nunca tiveram contato com nenhuma disciplina durante seu processo de formação inicial (magistério ou graduação) e em curso de pós-graduação. 43% das/o cursistas afirmaram já ter cursado alguma disciplina que, mesmo não sendo sobre a temática, a tenha abordado. A porcentagem aumenta quando a temática passa a ser contemplada em cursos de formação continuada: extensão, palestras, cursos, fóruns, seminários, oficinas, etc., pois 50% das/o cursistas afirmaram já ter participado de algum processo de formação cuja temática era gênero e diversidade sexual e 24% de processos que contemplaram as questões, apesar de não serem específicas. 27% e 9%, respectivamente, participaram de alguma ação realizada pela UFLA, o que reforça a ideia de se criar uma rede por meio da qual seja se efetive uma política de formação docente.

Ao analisarmos os relatos das professoras e do professor, há uma grande preocupação com o contexto no qual estamos inseridos/as, tanto do ponto de vista de formação docente, considerando que é necessário repensar as práticas – *“Nesta transição de tempos modernos, tecnologias inovadoras, nós educadoras temos que adquirir novos saberes, vivenciar e ampliar nossos sentimentos para com os nossos educandos”* –, como da perspectiva das crianças, pois *“em pleno século XXI onde a tecnologia vem tomando conta e tempo dos nossos filhos e alunos, sinto crianças, adolescentes e jovens despreparados para vivenciarem sua sexualidade”*.

Em muitos relatos, é possível perceber que grande parte possui grandes expectativas em relação ao curso: *“Espero com o curso poder aprender e levar aos meus alunos como tema a ser trabalhado em sala de aula, assim como ajuda aos inúmeros problemas que enfrentamos diariamente”* ou, ainda, *“Estou muito feliz em participar deste curso para poder ajudar nossas*

⁸ Sob a coordenação de Sandra Unbehaum e Sylvia Cvasin, realizou-se uma pesquisa sobre as políticas de Educação em sexualidade no Brasil, durante os anos de 2003 a 2008.



crianças sem medo de errar, pois sabemos que seus ministrantes são pessoas sérias e responsáveis”.

Constantina Xavier Filha (2009), ao analisar os registros de professoras durante um curso de extensão sobre a temática da educação para a sexualidade, atenta-se para várias questões importantes. Uma delas é relativa à necessidade que as professoras têm de solicitar “receitas” de como atuar diante de situações inesperadas que envolvem a sexualidade.

Percebi que o “como” aparece em muitos momentos: “*como explicar para as crianças que a menina gosta da outra menina, que aquele menino que chama João, agora se chama Juliana e assim vai...*”, “*como conversar com a criança para garantir que ela tenha uma **infância sadia?***” ou “*A cada dia, na sala de aula, temos vivenciado situações que nos **afligem** e, às vezes, não sabemos lidar da **maneira correta**. Diante disso, muito pode e deve ser discutido. Por exemplo: Como e quando o professor deve intervir na questão? Como lidar com os **pais** na solução de certos conflitos?*” [grifos meus].

Podemos dizer, a partir destas falas, que as professoras iniciam o curso com uma idéia de sexualidade apenas em seus aspectos biológicos? Será que elas e ele compreendem que estas questões constituem nossa identidade e, por isso, são trabalhadas a todo o momento, de forma consciente ou não, pela escola? “*No cotidiano da escola temos vivenciado **situações constrangedoras** e não sabemos como lidar com esses **problemas***”. Será que devemos nos atentar, como reforça Xavier Filha (2009), nos questionar, rever nossas concepções, apenas quando nos deparamos com estes tipos de situação, nas quais as nossas verdades, há muito sacralizadas, são colocadas em xeque?

Débora Britzman (apud LOURO, 1999) define a sexualidade como algo que se opõe a fronteiras, como algo dinâmico, como algo integral à forma como cada um/a de nós perambula pelo mundo, à forma como vemos os outros e como os outros nos vêem. Além disso, ela está em movimento e não segue as regras da cultura, mesmo quando a cultura tenta domesticar a sexualidade e, ainda, permite desenvolver nossa capacidade para a curiosidade.

Nesta perspectiva, algumas professoras contemplam esta dimensão da sexualidade apontada por Britzman. Uma delas afirma que “*educar para a sexualidade não significa falar de sexo. Nossas crianças buscam muito mais do que isso. Querem ser educadas para a alegria, a vida, os sentimentos. Educar é buscar fazer a diferença, é ser diferente*”. Outra professora amplia esta idéia dizendo que

O tema sexualidade envolve uma constante leitura do outro, respeitando sua cultura, sua vivência, seus sentimentos dentro de uma visão ampla de cidadania, onde o simples ato de aprovar ou reprovar



determinadas ações ou idéias não possa expressar ou impor nenhum ponto de vista como único e verdadeiro, porque nesse campo tudo ainda está a aprender e a descobrir.

Esta mesma professora menciona ainda, de forma mais explícita, questões de gênero, o que foi pouco observado em outros relatos. Tenho a hipótese de que como foi pedido que escrevessem sobre a temática da “Educação para a sexualidade”, muitas docentes restringiram suas vivências, saberes e sentimentos à temática da sexualidade e não de gênero.

Xavier Filha (2006), em seu artigo já mencionado, faz uma discussão sobre termos-conceitos-teorias que envolvem a educação para a sexualidade e alerta que não basta alterar os termos de “educação sexual”, bastante carregado de uma concepção biologizante, para “educação em sexualidade”, “educação sexualizada”, “educação afetivo-sexual”, entre outras, se não houver uma reconstrução dos discursos que os embasam. Neste sentido, a autora propõe o uso do termo “educação para a sexualidade, e dialoga com Jane Felipe (2007 apud XAVIER FILHA, 2009), ao propor algumas temáticas envolvidas: identidades de gênero, identidades sexuais, movimentos feministas e homossexuais, história do corpo e da sexualidade, violência e abuso sexual, entre outros.

Considerando, portanto, que as questões de gênero estão intimamente ligadas às de sexualidade, apesar de não serem a mesma coisa, segundo Guacira Lopes Louro (1997), trago algumas concepções das professoras: *“as crianças trazem isso de casa, geralmente elas não gostam de usar o mesmo banheiro (menino e menina juntos), devemos sempre explicar para eles que não tem nada a ver, que isso é **natural**”*. Ela se refere, ainda, a momentos em que os meninos brincam de boneca e, quando um dos pais a questiona, salienta que *“é só brincadeira e que isso não vai **atrapalhar** nada no futuro”*. Analisando esta fala, apesar de toda a preocupação de tentar desconstruir a ideia de brinquedos de menino e de menina, ainda há uma concepção de identidade como natural e, sobretudo, heteronormativa. Por outro lado, há professoras que dizem que esta separação entre as brincadeiras vem de casa e é muito difícil desconstruí-las, pois *“os pais limitam seus filhos, falando para eles que homem não pode brincar com mulher e a mãe fala que a filha é uma menina que tem que aprender a arrumar a casa, não deixar as coisas atrapalhadas, tem que ser dócil, etc.”*.

Nos limites deste trabalho, coloquei-me o desafio de trazer algumas falas que representassem o que as professoras e o professor traziam para o primeiro encontro. Algumas delas fruto de um processo de formação na temática, já iniciado em disciplinas cursadas no magistério, na graduação ou na pós-graduação, ou mesmo em cursos de extensão, com um embasamento teórico bem consolidado. Outras demonstram que as questões de gênero e sexualidade já começam a fazer



parte de sua prática docente, mesmo que ainda com forte base em explicações essencialistas. E, por fim, relatos que demonstram que ainda há muito o que fazer: são pedidos de ajuda diante de situações que incomodam, inquietam, desestabilizam.

Dessa forma, tecer gênero e diversidade nos currículos da educação infantil remete à *educação maior*, como nos diz Sílvio Gallo (2002), por meio da inserção da temática nos documentos oficiais de orientação pedagógica e nos currículos dos cursos de formação inicial e também na oferta de cursos de formação continuada. Além disso, esta tessitura deve estar também presente na *educação menor*, como nos diz o autor, ou seja, nas práticas cotidianas de professoras e professores da educação infantil, que, por meio das revoluções diárias, vão construindo novas possibilidades das crianças vivenciarem uma educação para a sexualidade.

Bibliografia

ALVARENGA, Carolina Faria. *Relações de gênero e trabalho docente: jornadas e ritmos no cotidiano de professoras e professores*. Dissertação (Mestrado). Faculdade de Educação, Universidade de São Paulo, São Paulo, 2008.

BRASIL. *Manual do Projeto Educação para Promoção do Reconhecimento da Diversidade Sexual e Enfrentamento ao sexismo e a homofobia – Anexo I da Resolução CD/FNDE nº 16 de 08 de abril de 2009*.

ECOS – Comunicação em sexualidade. *As políticas de Educação em Sexualidade no Brasil – 2003 a 2008*. Relatório Narrativo Anual. São Paulo: ECOS, 2008.

GALLO, Sílvio. Em torno de uma educação menor. *Educação e Realidade* Porto Alegre, v. 27, n. 02, p. 169-178, 2002.

LOURO, Guacira Lopes (org.) *O corpo educado: pedagogias da sexualidade*. Belo Horizonte: Autêntica, 1999.

_____. *Gênero, sexualidade e educação: uma perspectiva pós-estruturalista*. Petrópolis: Vozes, 1997.

VIANNA, Cláudia; UNBEHAUM, Sandra. Gênero na educação básica: quem se importa? Uma análise de documentos de políticas públicas no Brasil. *Educação & Sociedade*, Campinas, v.28, n.95, maio-ago, 2006.

XAVIER FILHA, Constantina. Educação para a sexualidade: carregar água na peneira? Ribeiro, Paula Regina Costa; SILVA, Méri Rosane Santos da; GOELLNER, Silvana Vilodre (orgs.). *Corpo, gênero e sexualidade: composições e desafios para a formação docente*. Rio Grande: FURG, 2009, p. 85-103.